

## JUDICIÁRIO

## Zambelli ficará sem salário

Por decisão de Moraes, a deputada terá suspensos os passaportes, as contas bancárias e os bens. Câmara será notificada pelo Supremo para reter rendimentos da parlamentar foragida da Justiça

» LUANA PATRIOLINO  
» ISRAEL MEDEIROS

Além de determinar a prisão preventiva da deputada Carla Zambelli (PL-SP), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou o bloqueio dos passaportes da parlamentar, inclusive, o diplomático, bem como de seus bens, contas bancárias, investimentos, veículos, imóveis, embarcações e aeronaves.

As medidas visam garantir o pagamento da multa — imposta no mês passado a Zambelli quando o STF a condenou pela invasão aos sistemas

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) — e a reparação dos danos, cujo valor mínimo foi fixado em R\$ 2 milhões.

A Câmara será notificada para bloquear salários e quaisquer verbas destinadas a Zambelli, redirecionando os valores ao pagamento integral da multa.

Moraes determinou, ainda, o bloqueio de todas as redes sociais usadas pela parlamentar. O conteúdo das contas deverá ser preservado pelas plataformas, e os dados cadastrais enviados ao STF.

Por meio de nota, Zambelli classificou de “ilegal, inconstitucional e autoritária” a ordem de Moraes para prendê-la e protestou contra o bloqueio dos perfis.

“O ministro Alexandre de Moraes determinou o bloqueio da conta de Instagram do meu filho, João Zambelli, um jovem de apenas 17 anos que está iniciando sua trajetória na vida pública. Com isso, não atacou apenas a deputada ou a cidadã Carla Zambelli. Ele atacou uma mãe”, completou.

## Deputado italiano

Ontem, um dia depois de Zambelli declarar que será “intocável” pelas autoridades brasileiras quando for para Roma, um deputado italiano Angelo Bonelli, porta-voz do partido Europa Verde, contactou o governo do

seu país para pedir a extradição da congressista brasileira se ela pisar em solo italiano.

“Eu acho que essa declaração é uma vergonha. Hoje (ontem), apresentei uma pergunta urgente ao governo italiano, ao ministro do Interior (Matteo Piantedosi e ao ministro (Antonio) Tajani, das Relações Exteriores, para saber se o governo italiano pretende colaborar com o Brasil e a Interpol implementando o acordo de cooperação judiciária entre Itália e Brasil em matéria de extradição”, afirmou.

Para Bonelli, há risco de que criminosos usem a cidadania italiana para fugir da Justiça. “Não se pode usar a cidadania italiana

para escapar de uma condenação. A Itália corre o risco de se tornar um paraíso para gente condenada. Aguardamos uma resposta clara por parte do governo italiano sobre se pretende extraditar Carla Zambelli para o Brasil”, pontuou.

Na terça-feira, dia em que anunciou que estava fora do Brasil, Zambelli afirmou, em entrevista à CNN, que estava nos Estados Unidos e que pretendia ir à Itália, onde não poderia ser extraditada. “Como cidadã italiana, eu sou intocável na Itália, não há o que ele (Alexandre de Moraes) possa fazer para me extraditar de um país onde sou cidadã”, disse.

## ATOS GOLPISTAS

## Marinha expulsa militar condenado

A Marinha expulsou, ontem, o primeiro militar das Forças Armadas por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes em Brasília. O suboficial da reserva Marco Antônio Braga Caldas foi condenado a 14 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por causa da ofensiva antidemocrática.

A decisão partiu de um conselho de disciplina interno da Marinha, instaurado após a condenação de Caldas. A Força justificou “motivos disciplinares” e ressaltou que ele deveria ser desligado da instituição “a bem da disciplina”, entendendo que a permanência, mesmo na reserva, violaria os princípios da carreira.

Por meio de nota, a Marinha afirmou que o conselho foi instaurado “para julgar militares condenados a mais de dois anos de prisão ou que tenham infringido gravemente as normas disciplinares”. O processo aguarda apenas despacho final do comandante da Força.

Atualmente, o suboficial está na reserva remunerada. Com a decisão, ele deixa de ser militar, perdendo todos os direitos que conquistou durante a carreira. No entanto, os dependentes dele continuarão recebendo salário, pois Caldas deve ser incluído no sistema como “morto ficto” para que seus beneficiários legais possam receber a pensão correspondente ao posto, cumprindo o previsto na legislação vigente. (LP)



Caldas foi condenado pelo STF a 14 anos de prisão

## Barroso: Supremo não está legislando sobre redes

Na retomada do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a responsabilização das redes sociais pelos conteúdos publicados por usuários, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, destacou que “não há censura” no debate. O ministro ressaltou que a discussão trata apenas da responsabilidade civil das big techs.

“Gostaria de breve esclarecimento, para que as pessoas possam compreender exatamente do que se trata. Há muita desinformação e muita incompreensão a respeito do que estamos fazendo”, afirmou Barroso. “Estabelecer os critérios que vão reger os casos que vão chegar ao Judiciário é nosso dever e nada tem de invasão à competência de outros Poderes. E muito menos tem a ver com censura. Nós estamos discutindo responsabilidade civil.”

Ele enfatizou que o STF não está “legislando nem regulando, em caráter geral, abstrato e definitivo, as plataformas digitais” e que a decisão da Corte será aplicada até que o Parlamento decida sobre o tema. “Quando o

Congresso legislar a respeito, é a vontade do Congresso que vai ser aplicada pelo Supremo Tribunal Federal, desde que, evidentemente, compatível com a Constituição”, frisou.

O ministro Dias Toffoli foi na mesma linha de Barroso. “Não estamos aqui tratando de censura, de tolher liberdade de expressão. O que estamos a tratar aqui é o momento em que surge a responsabilização”, afirmou.

O STF analisa os casos em que empresas devem derrubar conteúdos considerados criminosos ou ofensivos. O julgamento foi suspenso em dezembro por pedido de vista do ministro André Mendonça. O magistrado começou a votar ontem e deve finalizar hoje.

O debate gira em torno da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que exige uma ordem judicial prévia para excluir conteúdo e responsabilizar as empresas pelos danos causados pelas publicações. Os processos em discussão estão sob relatoria dos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux.

Barroso votou para que as big techs sejam responsabilizadas pelo

Antonio Augusto/STF



Barroso ressaltou que análise do STF não diz respeito a censura

## Travada

A pauta no Congresso está travada desde o fracasso do PL das Fake News, após amplo lobby das big techs para enterrar o projeto de lei.

conteúdo postado pelos usuários quando ocorre responsabilidade subjetiva, em que as plataformas atuam com dolo ou culpa.

Até agora, três votos apresentados pelos ministros impõem responsabilidades mais severas às big techs quanto aos conteúdos

publicados, além de darem às empresas uma série de regras que precisam ser cumpridas sob pena de violação das leis brasileiras.

## Google

Em nota, o Google destacou que o Marco Civil da Internet “pode e deve ser aprimorado, desde que se estabeleçam garantias procedimentais e critérios que evitem insegurança jurídica e a remoção indiscriminada de conteúdo”.

A plataforma destacou, entretanto, que “boas práticas de moderação de conteúdo por empresas privadas são incapazes de lidar com todos os conteúdos controversos, na variedade e profundidade com que eles se apresentam na internet, refletindo a complexidade da própria sociedade”.

“A atuação judicial nesses casos é um dos pontos mais importantes do Marco Civil da Internet, que reconhece a atribuição do Poder Judiciário para atuar nessas situações e traçar a fronteira entre discursos ilícitos e críticas legítimas.” (LP)

**No chuveiro, ative o modo banho rápido.**

O único modo de cuidar do meio ambiente, evitar o desperdício e economizar é este: o modo consciente.

**FAÇA A SUA PARTE.**

**ATIVE O MODO CONSCIENTE**

CAESB.DF.GOV.BR

caesb

GDF